

# BÁRBARA DE ALENCAR E AS RAÍZES BRASILEIRAS DA VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO<sup>1</sup>

Antonia Pellegrino<sup>2</sup>

---

## RESUMO

O presente artigo narra a vida da revolucionária do Crato Bárbara de Alencar, primeira mulher a ser tratada como presa política no Brasil, graças ao seu protagonismo na Revolução de 1817, e estabelece uma relação entre sua atuação pública e a violência política de gênero.

**Palavras-chave:** Revolução de 1817. Bárbara de Alencar. Matriarcas do Sertão. Violência Política de Gênero.

## ABSTRACT

This article examines the life of Crato's revolutionary, Bárbara de Alencar, the first woman to be treated as a political prisoner in Brazil, due to her role in the Revolution of 1817, and establishes a relationship between her public performance and gender political violence.

**Keywords:** Revolution of 1817. Bárbara de Alencar. Matriarchs of the Sertão. Gender Political Violence.

Um dos mais eloquentes testemunhos sobre a atuação política de Bárbara de Alencar pode ser lido na carta-testamento, datada de 1810, escrita pelo naturalista e pai espiritual da Revolução de 1817, Manoel de Arruda Câmara. Nela, o naturalista recomenda o título de heroína a Bárbara de Alencar — sete anos antes de a revolução explodir nas províncias do Norte do Brasil. Mulher inaugural, Bárbara de Alencar foi, a um só tempo, a primeira mulher a disputar a arena política e a primeira vítima da violência política de gênero no Brasil; a primeira líder revolucionária e a primeira brasileira a ser presa por causa de suas ações e convicções políticas.

Alta e forte, Bárbara é fruto da mistura de indígenas com portugueses. Os primeiros desbravadores da região do Cariri, onde fica a vila de Crato, eram ascendentes dela, que deixaram o Minho para fundar a cidade de Exu, em Pernambuco, no ano de 1709. Bandeirantes, seu avô e

---

1 Este texto foi apresentado no seminário A Outra Independência, realizado no Sesc São Paulo em julho de 2022, com curadoria de Heloisa Starling.

2 Cientista social, mestre em literatura e roteirista premiada pela Academia Brasileira de Letras. Tornou-se uma voz ativa no movimento de mulheres graças ao trabalho na plataforma #AgoraÉQueSãoElas. @pellegrino.antonina @apellegrino.

parentes se estabelecem em solo árido, maltratado por muitas secas e poucas oportunidades, mas prosperam graças ao cultivo do gado, algodão e cana-de-açúcar. A família adquire propriedades no interior de Pernambuco e estende seus domínios através do sertão até o Ceará, conquistando grande influência numa região em que negros, índios, pardos, mamelucos e brancos pobres eram abandonados à própria sorte, em meio à enorme instabilidade e violência. Próximos da população, a família Alencar se firma como uma oligarquia política no Cariri. Filha de Joaquim Pereira de Alencar e Theodora Rodrigues da Conceição, Bárbara nasceu em 11 de fevereiro de 1760.

Batizada em homenagem a Santa Bárbara, ainda bebê, Bárbara sobrevive ao ataque de índios Açus à fazenda Caiçara, em Exu, de propriedade de sua família. A casa de taipa é incendiada, mas a bebê consegue ser resgatada para fugir nos braços da mãe. Os Alencar derrotam os indígenas e, sobre as ruínas da tapera, é construída uma casa de pedra com paredes colossais, resistentes às intempéries próprias do tempo. A resistência da nova casa remete à resistência da própria Bárbara, formando uma espécie de mito fundacional, no qual, desde o nascimento, ela é descrita como uma sobrevivente.

Vinte e dois anos depois, Bárbara se casaria com um homem escolhido por ela, a contragosto de seus pais: o comerciante português de tecidos, José Gonçalves, trinta anos mais velho. O casal se muda para o Sítio Pau Seco, onde Bárbara se dedica aos afazeres domésticos: cria os cinco filhos, cuida do pai, já velho e doente, mas também administra o engenho de cachaça e rapadura do casal. Inventa de produzir tachos e leva o empreendimento adiante contra a vontade do marido. Constrói a primeira casa da região em estilo colonial, feita em pedra e cal, pelas mãos de um mestre-pedreiro oriundo de Recife, na rua principal da vila do Crato, quase vizinha à igreja. Atitudes que a fizeram ser considerada “mulher-macho” por seus conterrâneos — apesar da diferença de idade em relação ao marido e ao fato de sua atuação ser hegemonicamente restrita ao espaço doméstico.

Mas é aos 32 anos que sua vida se transforma, através do contato com o naturalista Manoel de Arruda Câmara (o mesmo da carta-testamento), com quem Bárbara vai aprender botânica e outras coisas mais perigosas que a urtiga brava: as ideias de Voltaire, Montesquieu e Rousseau. É possível imaginar que essas ideias tiveram enorme influência sobre ela. Tanto é que, três anos depois, quando, em 1800, é fundado o Seminário de Nossa Senhora da Graça, onde se rezava, além dos salmos, a cartilha iluminista, é lá que Bárbara matricula dois de seus filhos, José Carlos e o caçula José Martiniano. O Seminário de Olinda, como ficou conhecido, tornou-se a instituição de ensino mais inovadora no Brasil colonial e

funcionou como polo irradiador das ideias do Iluminismo em Pernambuco e no Nordeste — que eram levadas pelos padres em viagem pelo interior praticando a catequese ou transmitidas nas paróquias.

Pode parecer contraintuitivo, mas, naquele tempo, dependendo do lugar que uma mulher ocupava na hierarquia social, ficar viúva não era seu fim — poderia ser até um recomeço. Já tendo cumprido com seus deveres do matrimônio, a viúva pode exercer seu poder para além da esfera doméstica. No imaginário da região, essas mulheres eram conhecidas como as matriarcas do sertão. E é com esse epíteto que, uma vez viúva, a partir de 1809, Bárbara passa a atuar e ser reconhecida.

Foram elas matriarcas semilendárias, proprietárias de terra e gado no interior do sertão, longe das pretensões fidalgas das Casas-Grandes da zona açucareira. Levavam uma vida rústica relativamente distante dos padrões culturais europeus que, na época, moldavam as sociedades do litoral nordestino. No sertão, exerciam grande poder de liderança, tendo controle total de seus feudos regionais. (QUEIROZ; HOLLANDA, 1990, p. 1.)

Quando, em 6 de março de 1918, estoura a Revolução em Recife, não à toa, no mês seguinte, em abril de 1817, o rastilho de pólvora é levado até o Ceará pelo filho caçula de Bárbara, o futuro senador da República José Martiniano. A influência da mãe na região seria fundamental para irradiar a revolução. Pela primeira vez, um movimento anticolonial ultrapassava a fase conspiratória e chegava ao poder. Os revolucionários haviam proclamado a República. Era preciso reunir as forças rebeldes do Norte no enfrentamento à Coroa Portuguesa. E, após percorrer mais de 200 léguas no lombo de um cavalo, durante cerca de quarenta dias, Martiniano bate à porta do Sítio Pau Seco, na noite de 29 de abril de 1817.

Era chegado o momento tão acalentado pela revolucionária do Crato. Aos 57 anos, Bárbara de Alencar fazia o que nenhuma mulher branca, rica e poderosa havia feito até então: iria para o front, ao lado de seus filhos, familiares e tantos outros combatentes, todos homens. Engrossaria as fileiras, mas não só: lideraria o Crato na luta contra o autoritarismo da Coroa Portuguesa. Sua bandeira era liberal e republicana. Inimiga declarada do rei, Bárbara sabia que o crime de lesa-majestade poderia ser punido com pena de morte, infâmia da família e confisco dos bens. Mas suas convicções eram muito maiores que seus medos.

Na manhã seguinte, as articulações políticas em prol da tomada de poder começam a ser urdidadas. O plano seria posto em prática dali a dois dias, num domingo, depois da celebração da festa de Santa Cruz na Igreja da Matriz. Localizada bem no centro da Vila do Crato, a Igreja da Matriz ficava ao lado da casa construída por Bárbara de Alencar. Seus ritos

dominicais reuniam da plebe aos poderosos. Naquela manhã fresca do dia 3 de abril de 1817, Bárbara e José Martiniano devem ter acordado cedo, a um só tempo agitados e sóbrios, cientes da enorme responsabilidade que tinham sobre os ombros. Martiniano e seus irmãos, Tristão Gonçalves de Alencar e o padre Carlos José dos Santos, saem de casa junto à mãe. Unida, a família adentra a igreja para ocupar os bancos da frente. Depois da preleção do pároco, Martiniano se levanta e caminha até o púlpito. Ostentando o crucifixo, o filho da heroína do Crato lê um dos textos-símbolo da revolução de Pernambuco, o “Preciso”. Escrito pelo advogado José Luís de Mendonça, membro do Governo Provisório de Pernambuco, o “Preciso” narrava os acontecimentos da ocupação de Recife, semanas antes. Os fatos eram grandiloquentes, as tintas da pena de Mendonça carregavam suas palavras de revolta e heroísmo. Ao final da leitura, Martiniano levanta os olhos sob aplausos entusiasmados e conclama seus conterrâneos a apoiar a Revolução, defender a importância da República e da independência provincial, pois era lá que repousava a liberdade do povo. Os abusos da Corte no Rio de Janeiro e seus altos impostos deveriam chegar ao fim. A febre da liberdade toma a igreja, sobe até as torres altas onde os sinos são tocados. Martiniano proclama a Independência da vila em relação a Portugal e instala a República do Jasmim, nome de uma propriedade de Bárbara. Aclamado, Martiniano e Bárbara lideram o povo, que sai exaltado pelas ruas, dando vivas à República, à pátria e à liberdade.

Os Alencar então conduzem a multidão até a casa de Câmara da Vila do Crato, onde seus membros oficiais — juízes ordinários, vereadores e escrivães — são destituídos para gente da confiança dos revolucionários ser empossada. Uma ata oficializando a República do Jasmim é lavrada. Os presos são soltos e recebem armas para lutar ao lado dos republicanos. O sol está a pino quando a bandeira branca, a marca dos patriotas, é hasteada. E na nova ordem subversiva há uma mulher liderando e pensando como, pela primeira vez, uma República seria implantada no Brasil.

O dia seguinte começa antes de o Sol raiar na casa da Bárbara, quando três galinhas são degoladas e depenadas. Uma delas seria servida à noite, misturada ao arroz. As outras duas são assadas para serem comidas, junto aos quatro quilos de carne salgada, no que ficou conhecido como o jantar da liberdade, oferecido por Bárbara em homenagem à revolução. Entre os presentes, além da anfitriã e seus filhos, estavam outros revolucionários, como o vigário Saldanha e o capitão-mor da Vila do Crato, José Pereira Filgueiras, homem venerado pelos filhos daquela terra. Diz-se que o clima foi tenso e com tímido diálogo, havendo muita sobriedade, inclusive no que tange ao brinde da comemoração, pois, das duas garrafas de vinho postas sobre a mesa, beberam apenas a metade de uma destas (MACÊDO, 2017, p. 106).

Os pratos e talheres do jantar da liberdade mal tinham sido lavados quando a contrarrevolução já começava a ser arquitetada pelos monarquistas. Seu sucesso dependia do apoio de uma figura estratégica: Filgueiras. Amigo íntimo da família Alencar e do vigário Saldanha, o capitão-mor vinha mantendo neutralidade desde o dia da deflagração do movimento. Os realistas sabiam que quem cativasse sua simpatia tenderia a ser vitorioso. O momento era de incerteza. As informações sobre os conflitos viajavam no lombo de animais, de forma lenta e cevada por boatos. Era impossível medir a temperatura real do embate entre a revolução e a contrarrevolução. E, na obscuridade, viceja o medo. Para manter sua neutralidade, Filgueiras precisaria de convicções que não possuía.

Se no Recife a glória republicana durou 75 dias, sua vida no Crato seria bem mais curta. Em oito dias, chegaria a restauração trazida por Filgueiras, a toque de caixa e tiros de bacamarte. No dia 11 de maio, os revolucionários foram contidos e presos. Bárbara de Alencar esconde seu dinheiro e foge com alguns pertences. Em companhia do vigário Saldanha e do escravizado forro Jerônimo de Abreu, ela segue viagem até Barbalha, em Pernambuco, onde ficaria escondida no sítio Lambedor, que pertencera ao seu bisavô. Após dois dias, o trio é cercado.

De forma pioneira, Bárbara não se conformou em atuar no ambiente doméstico, nem se deixou confinar no silêncio. Se, até o momento de sua prisão, a eventualidade da presença de outras mulheres na cena pública havia sido enfrentada com o silêncio e o esquecimento, no seu caso era impossível eliminar os vestígios de sua presença e recolher essa mulher à obscuridade. Bárbara estava lá. Ela deu forma às suas aspirações e voz ao seu desejo na cena pública — o lugar onde se desenrola a ação política. Era impossível retirá-la do acontecimento político. Esta originalidade engendra inúmeras consequências e coloca um problema para a Coroa: o que fazer com Bárbara de Alencar?

A Coroa confisca diversas propriedades da família Alencar. Além de presa pelo envolvimento e liderança da revolução, Bárbara ainda é acusada de amasia devido à sua amizade com o padre. Havia boatos que José Martiniano seria, na verdade, filho do padre, e não do companheiro de Bárbara. Embora o adultério masculino fosse considerado normal, era gravíssimo uma mulher cometê-lo. A acusação (para muitos, infundada) tinha, portanto, o objetivo claro de difamar a única mulher a participar da Revolução e macular sua memória entre os viventes e as futuras gerações.

Mais de duzentos anos depois, é possível e necessário reler esse episódio à luz do que as teóricas feministas chamam de violência política de gênero — método cujo objetivo é retirar as mulheres da cena pública, através

de inúmeras formas da violência, entre elas a difamação por estereótipos de gênero. Como argumentam Lena Krook e Restrepo Sanín:

Quando as mulheres políticas são atacadas apenas por suas ideias políticas, não é um caso de violência contra as mulheres na política. No entanto, a ambiguidade torna-se evidente quando a forma de atacá-las é por meio do uso de estereótipos de gênero, com foco em seus corpos e papéis tradicionais, principalmente como mães e esposas, que negam ou prejudicam sua competência na esfera política. (LENA KROOK; RESTREPO SANÍN, 2016, p. 5.)

Trata-se, justamente, do procedimento urdido pela Coroa Portuguesa no caso Bárbara de Alencar. Se não era possível apagá-la, seria necessário difamá-la para mostrar ao mundo o tipo de mulher que ousa transgredir os limites da esfera privada. Se não era possível esquecê-la, seria necessário acabar com sua reputação e demolir sua memória. A matriarca que havia traído o marido e tido um filho com um padre jamais poderia servir de exemplo a outras mulheres que, como ela, talvez tivessem aspirações políticas. À difamação por amasia se somaria a humilhação pública de ser exibida no cortejo dos prisioneiros — conhecidos como “infames cabeças” —, acorrentada ao lombo de um cavalo, vestida como uma escravizada, para reafirmar a repugnância daquela mulher revolucionária que não tinha apreço ao decoro.

No ano seguinte, 1818, Bárbara é julgada sob a acusação de “ter se oposto francamente ao intento do filho; de dizer, em conversas, que ele (o filho) não haveria de ser rei e dizendo-se rainha; de afirmar que o ouvidor André Alves era um tolo por não aceitar os benefícios de seus filhos”. Mais uma vez, a difamação por estereótipos de gênero entra em ação. A viúva que se opõe ao intento do filho, desobedece às regras do patriarcado. A republicana que se diz rainha, é difamada como falsa republicana e, ao afirmar que o filho não seria rei, novamente se insurge contra as regras de um mundo regido pelos homens. Por fim, ao chamar o ouvidor de tolo, ela não apenas subestima sua autoridade masculina como tem a ousadia de demonstrar soberba através dos benefícios supostamente oferecidos pelos filhos.

Ora, a presa política cujos crimes seriam estes não somente rompe com o papel tradicional que uma mulher deveria desempenhar, mas, sobretudo, está muito aquém da guerreira, intelectual e articuladora que Bárbara de Alencar de fato foi. Juntas, estas peças puseram em movimento uma máquina vexatória cujo objetivo era forjar um testemunho ao tempo, avesso àquele sugerido pelo pai espiritual da Revolução de 17, no qual Bárbara resplandece como “a revolucionária do Crato”.

A aparição pioneira de Bárbara na cena pública traz em seu bojo, portanto, a própria gênese da estratégia que levaria tantas mulheres a se afastarem (ou serem afastadas) dessa mesma cena pública. A violência política de gênero seria usada, aprimorada e reutilizada muitas vezes nos séculos seguintes. Ela tem sido a resposta do *establishment* às mulheres que pretendem alargar o sentido da experiência democrática ao ocupar cadeiras que historicamente pertencem aos homens brancos e proprietários. Se existir algo como a “nova política”, é possível supor que ela virá das minorias políticas, historicamente marginalizadas, não por uma questão “identitária”, mas pelo fato de estes grupos representarem agendas e expectativas antes excluídas do debate público.

Um número crescente de relatórios em todo o mundo — de ativistas, políticas, jornalistas e acadêmicas — indica que, à medida que as mulheres avançam para reivindicar seu direito de participar da política, elas são atingidas por atos que abrangem abuso psicológico e agressão física ou sexual. Essa reação está ocorrendo por várias razões — talvez de fato porque as mulheres tenham avançado — e descreve o fenômeno da violência política de gênero. (NDI, 2015, p. 12.)

Assim, é possível fazer a aproximação do caso Bárbara de Alencar a outros episódios a outros da mesma “família”, em que a estratégia da violência política de gênero foi posta em prática recorrendo à tática da difamação, numa disputa narrativa pela memória, como no caso da vereadora Marielle Franco, ocorrido 200 anos depois.

Mulher, negra, bissexual, da favela da Maré, Marielle Franco tinha vencido a improbabilidade de alguém com qualquer dessas características ocupar espaços no poder. Foi eleita em 2016, com 46.502 mil votos. Era a única vereadora preta na cidade do Rio de Janeiro, o principal porto de entrada de pessoas escravizadas do Brasil Colônia. Foi brutalmente executada na noite de 14 de março de 2018, aos 38 anos.

Antes mesmo que seu corpo fosse levado ao IML, um meme começou a circular. Nele, via-se uma mulher negra de top, shortinho e barriga de fora, sentada no colo de um homem negro. Ambos estão num ambiente pintado de azul, com as paredes mofadas. Há também cadeiras de metal azul e uma mesa, sobre a qual está uma cerveja e alguns copos de boteco. O casal olha para a câmera e sorri. Ele faz um “joinha”. Na legenda, a desinformação: a mulher é apresentada como Marielle e o homem como o traficante de drogas Marcinho VP. Na realidade, não eram nem um nem outro. A única semelhança entre mulher e o homem da foto com Marielle e VP era o fato de serem todos negros. O meme difamatório foi anabolizado pelas milícias digitais e por membros do Judiciário, a ponto de ter sido desmentido em 18 de março pelo portal UOL.

A improbabilidade que Marielle desafiou em vida lhe foi simbolicamente restaurada após sua morte no último dia 14. Transformou-se a mulher negra da favela, que ocupou legitimamente o poder, num personagem que a estrutura reinante de machismo, racismo e privilégios pudesse suportar: a vereadora era uma aliada do tráfico. (ABRAMOVAY; MIKLOS, 2014.)

Mais do que isso, o meme difamatório não só evoca estereótipos de gênero (o corpo sexualizado como forma de ascensão social e política), mas os sobrepõe a preconceitos raciais, como a associação entre raça e criminalidade para, no limite, justificar a injustificável execução dentro da lógica de que “bandido bom é bandido morto”.

Uma das premissas básicas da feminista inglesa Mary Beard é que

O modelo mental e cultural de uma pessoa poderosa continua a ser absolutamente masculino (...) Resulta daí que mulheres são ainda vistas como ocupando um lugar fora do poder (...) As mulheres no poder são vistas como tendo ultrapassado os limites ou se apossado de algo a que não têm direito. (BEARD, 2018, p. 61.)

Beard avança em seu argumento analisando as personagens Medeia, Clitemnestra e Antígona. E diz:

Na maioria das vezes, são retratadas mais como agressoras que como detentoras de poder. Elas o tomam sem legitimidade, de forma que levam ao caos, à ruptura do Estado, à morte e à destruição (...) E a lógica inabalável de suas histórias é que devem ser desautorizadas e postas de volta em seus lugares. (Ibidem, p. 66.)

Este lugar, no caso de Marielle, foi o lugar da morte real e da tentativa de morte simbólica, pois não seria suficiente assassinar a parlamentar, era preciso fazer uma disputa de narrativa sobre seu corpo para acabar com sua memória e contaminar seu legado.

No caso Bárbara de Alencar, a mulher que supostamente teve um filho ilegítimo com um padre não teria legitimidade para reivindicar participação política. Ela estaria, portanto, desautorizada em seu intento de ter voz pública. E assim, pode e deve ser apresentada acorrentada ao cavalo, vestida como alguém que desdenha do decoro, de modo a deixar na retina de quem a vê uma imagem de repugnância. Pode e deve ser julgada sob a verdadeira acusação de ter-se insurgido contra o patriarcado, mas sonhando o fato de ela ter sido fundamental na articulação de um projeto liberal e republicano para o país. Assim, resta apenas uma pálida figura para os anais da história.



Esse *modus operandi* da violência política de gênero é atual, mas tem suas raízes históricas, em nosso país, no caso Bárbara de Alencar. E reconhecer esse fato é reconhecer a longa história por trás de tudo. No momento inaugural da passagem da mulher brasileira da esfera privada à esfera pública, já ali, encontrava-se sua antítese, a arma que viria a ser aprimorada para reafirmar e restabelecer os limites secularmente instituídos entre casa e rua, *oikos* e *pólis*. Este imbricamento fala às mulheres de hoje, porque a política continua sendo o lugar mais proibido e hostil à mulher. E avisa: é lá que devemos estar.

## REFERÊNCIAS

- ARARIPE, José C. Alencar. *Alencar: O Padre Rebelde*. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Bárbara e a saga da heroína: José de Alencar e o desafio da escravidão*. Fortaleza: ABC Editora, 2006.
- ARAÚJO, Ariadne. *Bárbara de Alencar*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2017.
- ARAÚJO, Jurema da Silva et al. “O diálogo entre a literatura, a memória e a história no romance ‘Dona Bárbara do Crato’”. *Letras em Revista*, Teresina, v. 8, n. 2, pp. 177-202, jul./dez. 2017.
- BÁRBARA DE ALENCAR. In: *Dicionário de Mulheres do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- BEARD, Mary. *Mulheres e poder*. São Paulo: Crítica, 2018.
- CÂNDIDO, Tyrone A. P. “A plebe heterogênea da Independência: armas e rebeldias no Ceará (1817-1824)”. *Almanack*, Guarulhos, n. 20, pp. 194-215, dez. 2018.
- COSTA, Luiz de S. H.; SILVA, Francisco F. “A independência do Crato, no contexto da revolução pernambucana de 1817, e o episódio de sua oficialização na Casa de Câmara”. *Revista de História da UEG*, Morrinhos, v. 8, n. 2, Artigo e-821912, jul./dez. 2019.
- GASPAR, Roberto. *Bárbara de Alencar: a guerreira do Brasil*. Universidade de Indiana, 2001.
- LENA KROOK, Mona; RESTREPO SANÍN, Juliana. “Gênero y violencia política en América Latina: Conceptos, debates y soluciones”. *Política y gobierno*, Cidade do México, v. 23, n.1, jan./jun. 2016.
- LUNA, Cláudia. “Bárbara de Alencar, de inimiga do rei a heroína nacional: percursos da imaginação histórica e modelos de representação literária”. *Revista Mulheres e Literatura*, v. 15, jul./dez. 2015. Disponível em: <<https://litcult.net/2015/09/13/barbara-de-alencar-de-inimiga-do-rei-a-heroína-nacional-percursos-da-imaginacao-historica-e-modelos-de-representacao-literaria-claudia-luna/>>. Acesso em: 16 fev. 2022.

- MACÊDO, Heitor F. “Os 200 anos da Revolução Pernambucana no Cariri Cearense”. *Revista Itayera*, Crato, n. 46, 2016/2017.
- NDI – National Democratic Institute. “Not the Cost: Stopping Violence against Women in Politics”.
- NETO, Lira. *O inimigo do Rei*. São Paulo: Globo Livros, 2006.
- QUEIROZ, Rachel de; HOLLANDA, Heloisa Buarque de. “Matriarcas do Ceará: D. Federalina de Lavras”. *Papéis avulsos*, Rio de Janeiro, n. 24, 1990.
- SOUSA, Kelyane S. de. *Bárbara de Alencar: relações de gênero e poder no Cariri Cearense*. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.